



Grupo Caixa Geral de Depósitos

Fundo Especial de Investimento
CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO & CONTAS

2005

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	2
2. MERCADOS FINANCEIROS	7
3. MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS EM PORTUGAL	11
4. RELATÓRIO DE GESTÃO	12
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13

EM ANEXO:

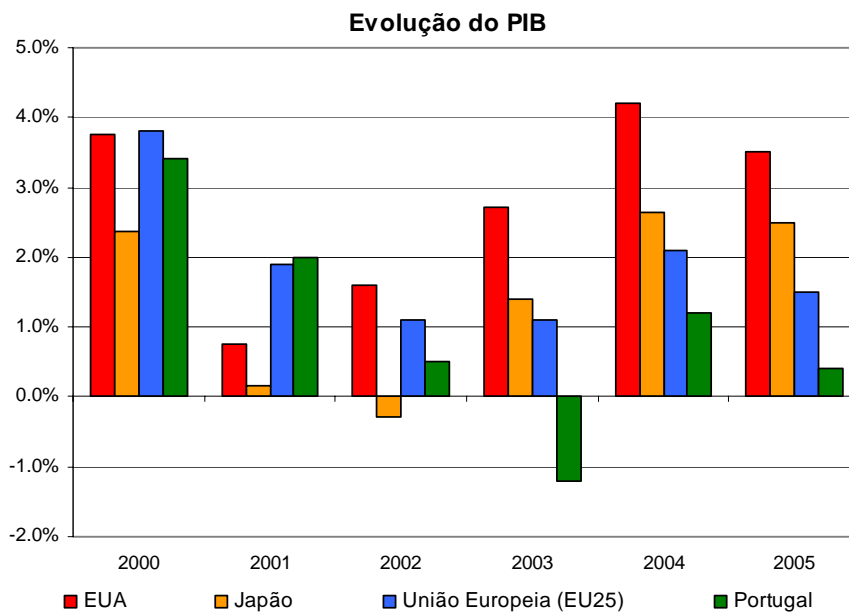
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

1. ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

Conjuntura Internacional

Em 2005, a actividade económica mundial voltou a registar um crescimento positivo. Apesar das condicionantes, nomeadamente, o comportamento dos preços energéticos e das diferentes matérias-primas, que foram contribuindo para manter um cenário de incerteza, ainda assim, foi possível obter uma taxa de crescimento global robusta.

Dentro do G7, a economia dos EUA terá sido a que mais cresceu, impulsionada uma vez mais pelo consumo das famílias e pelo investimento privado. Face ao ano anterior a procura interna abrandou ligeiramente, em consonância com os objectivos da Reserva Federal, que subiu as taxas directoras gradualmente ao longo do ano, em oito movimentos. Os furacões que devastaram parte da costa sul dos EUA no final do terceiro e início do quarto trimestres, acabaram por ter um efeito limitado e a confiança dos agentes económicos permaneceu elevada. Os consumidores, em particular, continuaram a desfrutar de um ambiente de crescimento muito moderado dos preços no consumidor.



Fonte: CE, Previsões Económicas do Outono 2005; Eurostat Euro-Indicators, Perspectives Economiques de l'OCDE Moody's; Investors Service

A contínua expansão das economias asiáticas teve em 2005 um especial contributo do Japão. O aumento de confiança gerada pela vitória no segundo semestre do partido do primeiro-ministro Koizumi nas eleições para a Câmara Baixa do Parlamento, influenciou decisivamente a melhoria dos indicadores de confiança, em especial dos índices de consumidores. A descida da taxa de desemprego adicionou um factor de sustentabilidade à presente melhoria da situação económica japonesa. O crescimento dos preços, entretanto, continuou, em termos homólogos, a registar crescimentos negativos, sustentado o nível de recuperação da economia.

Ainda relativamente à Ásia, destaque para a China que registou uma taxa de crescimento da actividade económica de aproximadamente 10%. Segundo alguns indicadores, a economia chinesa passou no final do ano a ser a quarta maior economia mundial, ultrapassando, em 2005, a França e o Reino Unido.

Indicadores Económicos Mundiais

(em%)

	PIB		Inflação		Taxa de Desemprego*	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
União Europeia (25)	2,4	1,5	2,1	2,3	9,0	8,7
Área Euro	2,1	1,3	2,1	2,3	8,9	8,6
Alemanha	1,6	0,8	1,8	2,0	9,5	9,5
França	2,3	1,5	2,3	2,0	9,6	9,6
Reino Unido	3,2	1,6	1,3	2,4	4,7	4,6
Espanha	3,1	3,4	3,1	3,6	11,0	9,2
Itália	1,2	0,2	2,3	2,2	8,0	7,7
EUA	4,2	3,5	2,7	3,3	5,5	5,1
Japão	2,7	2,5	0,0	-0,2	4,7	4,5
Rússia	7,2	6,9	10,9	12,5		
China	9,5	9,3	3,9	1,8		
Índia	6,9	8,0	7,1	5,1		
Brasil	4,9	2,4	6,6	6,6		

Fonte: CE, Previsões Económicas do Outono 2005; Eurostat Euro-Indicators, Perspectives Economiques de l'OCDE Moody's; Investors Service

* Média de 12 meses

Conjuntura Europeia

A taxa de crescimento da área económica do Euro foi de 1,3% tendo ficado abaixo dos 2,1% de 2004. A conjuntura económica europeia, registou uma visível melhoria na segunda metade do ano, mas que não foi suficiente para originar um crescimento anual maior, devido à fraqueza a que ainda se assistiu na primeira metade do ano.

Indicadores Económicos da União Europeia e Zona Euro

(em %)

	União Europeia		Área Euro	
	2004	2005	2004	2005
Taxas de Variação				
Produto Interno Bruto (PIB)	2,4	1,5	2,1	1,3
Consumo Privado	2,1	1,6	1,6	1,4
Consumo Público	1,3	1,2	1,2	1,3
FBCF	3,0	2,3	2,3	1,7
Procura Interna	2,4	1,6	2,1	1,5
Exportações	6,7	3,9	7,2	3,5
Importações	7,0	4,2	7,7	4,0
Taxa de Inflação	2,1	2,3	2,1	2,3
Rácios				
Taxa de Desemprego	9,0	8,7	8,9	8,6
Saldo do Sector Público (em % do PIB)	-2,6	-2,7	-2,7	2,9

Fonte: CE, Previsões Económicas do Outono 2005; Eurostat Euro-Indicators.

Ao contrário do verificado em outros anos, o melhor desempenho económico do segundo semestre teve por base um comportamento positivo das rubricas respeitantes à procura interna, nomeadamente, do Investimento Privado. Os níveis de confiança dos agentes económicos evoluíram em conformidade, com destaque para os relativos à indústria, que encerram o ano com os valores mais altos registados nos últimos quatro anos. O melhor momento do investimento foi consequência, para além da dinâmica que se continuou a assistir a nível do comércio externo, dos lucros muito positivos apresentados pelas principais empresas europeias. O mercado de trabalho reagiu também de forma positiva, com a taxa de desemprego da EU12 a descer de 8.9%, no início do ano, para 8,4% em Dezembro. Os indicadores mensais sugerem que a actividade económica europeia ter-se-á, no segundo semestre, expandido a um ritmo perto do potencial.

A par dos EUA, também na EU12, assistimos à ausência de qualquer forte evidência de inflação. A decisão no dia 1 de Dezembro do Banco Central Europeu de aumentar a taxa directora em 0,25% já estava descontada pelos investidores pelo que acabou por não ter impacto nas taxas de juro de curto prazo.

O PIB da União Europeia registou uma taxa de crescimento de 1,5%, igualmente abaixo do registado no ano anterior. As economias dos Novos Estados membros não pertencentes à EU12 registaram uma vez mais taxas de crescimento relativamente elevadas.

Conjuntura Nacional

A taxa de crescimento real registada em Portugal foi baixa, tendo a economia abrandado face ao ano anterior. A procura interna voltou a registar uma forte desaceleração, de 2,1% em 2004 para apenas 0,6% no ano de 2005.

Indicadores Económicos de Portugal

	(em %)	
	2004	2005
PIB (Taxas de variação real)	1,3	0,3
Consumo Privado	2,3	1,8
Consumo Público	2,6	1,1
FBCF	0,2	-3,1
Procura Interna	2,1	0,6
Exportações	5,4	1,8
Importações	6,8	2,4
Taxa de Inflação	2,5	2,2
Rácios		
Taxa de Desemprego	7,1	8,0
Balança Corrente e de Capital (em % do PIB)	-5,9	-8,2
Défice do SPA (em % do PIB)	-5,2	-6,0
Dívida Pública (em % do PIB)	59,3	65,9

Fonte: INE e Banco de Portugal- Boletim Económico- Inverno 2005

Apesar do consumo das famílias ainda ter conhecido um ritmo de crescimento razoável (embora em desaceleração face a 2004) a queda de 3.1% do investimento privado anulou boa parte daquele efeito. Para a menor expansão da procura doméstica, terá igualmente contribuído um desempenho dos gastos públicos inferior ao de 2004.

Em paralelo, as exportações abrandaram também consideravelmente, crescendo apenas 1.8%, enquanto as importações, embora também em desaceleração, se expandiram 2.4%. Em resultado do défice da balança corrente e as necessidades de financiamento externo da economia em % do PIB conheceram um novo agravamento em 2005, de 5,9% para 8,2%.

Em 2005 a taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC) desceu de 2,5% para 2,2%. Para este resultado terá contribuído algum abrandamento salarial no sector privado e a diminuição dos preços de importação de vários bens de consumo, num contexto de globalização, o que permitiu compensar um novo ano de aumento dos custos energéticos e da quase totalidade das matérias-primas.

Tendo em conta os indicadores publicados pelas entidades públicas responsáveis, o número de novos desempregados inscritos nos Centros de Emprego registou em 2005 um crescimento de 3,6%, depois dos 3,2% de 2004, enquanto o número de desempregados cresceu em 3,5%. A taxa de desemprego, de acordo com o INE, cresceu de 7.1%, no último trimestre de 2004 para 8% no final de 2005.

2. MERCADOS FINANCEIROS

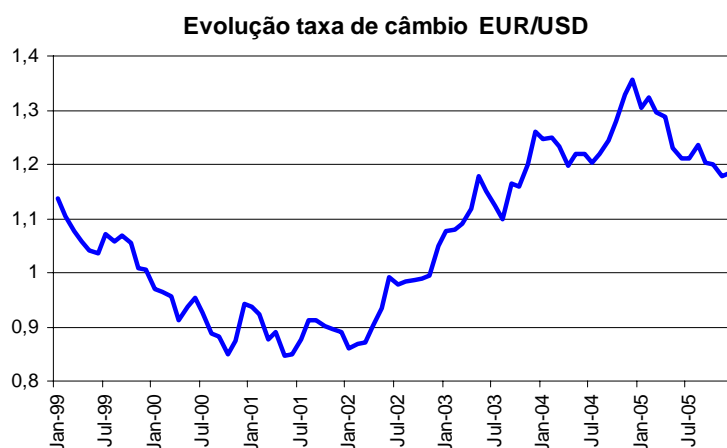
Mercado Monetário

O comportamento diferenciado das principais economias, em particular durante o primeiro semestre do ano, continuou a dar origem a diferentes decisões por parte das respectivas autoridades monetárias. Enquanto o Banco Central de Inglaterra alterou apenas uma vez a taxa directora, reduzindo-a em Agosto, o Banco Central Europeu, como resposta à substancial melhoria dos indicadores económicos europeus a partir de meados do terceiro trimestre, anunciou em Dezembro o primeiro incremento da taxa de juro em quatro anos. A Reserva Federal americana manteve durante todo o ano de 2005, a política de aumento de taxas de juro iniciada em 2004, decidindo subidas das mesmas em todos os oito Comitês de Política Monetária de 2005.

As taxas Euribor para os diferentes prazos, que haviam permanecido inalteradas durante grande parte de 2005, registaram fortes acréscimos no último trimestre, em articulação com a decisão do BCE, encerrando o ano nos valores mais altos desde o início de 2002.

Mercado Cambial

Apesar da deterioração do saldo da balança de transacções correntes americana durante 2005, o comportamento muito positivo dos indicadores desta economia e o aumento do diferencial de taxas de juro directoras a favor do dólar, contribuíram para que esta moeda registasse a primeira apreciação desde 2001 face às principais divisas mundiais. O Euro esteve durante grande parte do ano a depreciar-se em consequência da valorização do dólar e do forte clima de incerteza gerado pelos resultados dos referendos à Constituição Europeia.



Fonte: Bloomberg

Durante 2005 a moeda única europeia registou uma depreciação de 2,8% face à libra britânica. A subida das taxas directoras por parte do Banco Central Europeu no final de 2005, e as perspectivas de que o Banco de Inglaterra poderá em 2006 reduzir as suas taxas directoras, não foram suficientes para inverter o ganho da libra face ao euro, que chegou a ser de 4,5% em meados do ano.

Depois de no primeiro semestre, o Euro ter registado uma depreciação face ao iene japonês em consequência da melhoria relativa dos indicadores económicos nipónicos, no final do ano a recuperação da economia europeia e crescente evidência de subida de juros europeus, inverteram essa tendência e levaram o iene a encerrar o ano com uma perda de 0.3% face ao euro.

Mercado Obrigacionista

As taxas de juro a 10 anos do mercado americano, continuaram em 2005 a não evidenciar nenhuma tendência específica, embora tenham oscilado entre os 3.90% e os 4.60%. Apesar dos diversos dados económicos que indicavam que o crescimento da economia iria acelerar, os receios gerados por um possível abrandamento do mercado habitacional dos EUA em 2006 e as preocupações quanto às consequências para a actividade económica de variações nos preços energéticos, contribuíram para a ausência de tendência atrás referida.

Na EU12, é possível identificar uma tendência de ligeira descida nas taxas de juros a 10 anos. Em ambos os blocos, a ausência de pressões inflacionistas junto das rubricas menos voláteis da inflação terá impedido a subida das taxas de juro, apesar da evidência de melhorias ao nível do crescimento económico.

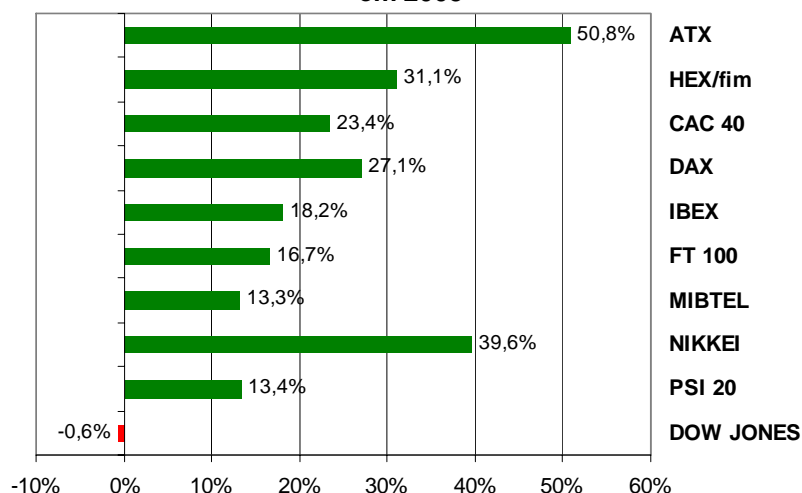
Apenas nas taxas de curto prazo se assistiu a movimentos de subida, nos EUA em consequência da acção da Reserva Federal, enquanto na EU12 este movimento se ficou a dever à crescente evidência de futuros incrementos da principal taxa directora. Assim, a inclinação (diferença entre as taxas de juro a 10 anos e a 2 anos) de ambas as curvas (EUA e EU12), mostrou um desempenho idêntico no sentido de descida (*flatening*). Nos EUA esta tendência de *flatening* iria mesmo levar a uma inversão da inclinação da curva de rendimentos no final de 2005. Na EU12 a inclinação (medida como referido acima) reduziu-se de 1,63% no final de 2004 para 0,45% no final de 2005.

O diferencial entre as taxas dos dez anos nos EUA e na União Europeia apresentou um acréscimo em 2005 de 0,54% para 1,09%. O mercado obrigacionista global registou uma valorização em 2005 de 3.7%, tendo o mercado europeu apresentado uma subida de 5.3%.

Mercado Accionista

Com excepção do mercado americano, e apesar da forte apreciação do preço das commodities, as principais praças bolsistas mundiais mantiveram em 2005 uma contínua tendência de subida.

Variações dos principais índices bolsistas em 2005



Fonte: Bloomberg, local currency

No caso europeu, os respectivos índices obtiveram ganhos acima de 20% no ano, impulsionados pelas bons resultados obtidos nas reestruturações das empresas, taxas de juro baixas e, no final do ano, pela confirmação de melhoria do clima económico europeu.

Na América Latina destaque para os fortes ganhos registados nas bolsas brasileira e mexicana, enquanto que na Ásia o destaque vai para o mercado accionista japonês, o qual proporcionou retornos acima dos 40%, o melhor resultado em muitos anos. A performance positiva dos indicadores económicos, a que se juntou o nível de crescimento da EU12 registado no final do ano, a divulgação de dados imprevistos positivos no Japão e a manutenção do baixo crescimento da inflação nos principais blocos económicos, constituíram factores com impacto positivo.

Os receios dos investidores, medidos pela volatilidade, permaneceram baixos, consequência também do facto da subida do mercado de acções estar sustentado pelo forte e contínuo aumento dos lucros das empresas nos principais blocos económicos.

Durante o ano, assistimos à subida de praticamente todos os sectores, com destaque para os mais cíclicos (Recursos Básicos, Bens Industriais, Construção), que corresponderam aos que maiores apreciações conheceram. Os três sectores com pior performance foram Media, Retalho e Telecomunicações.

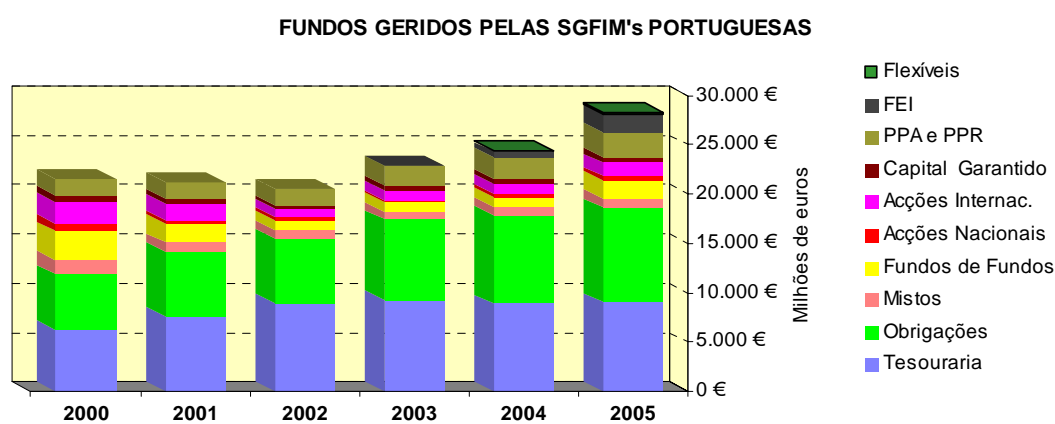
Com uma valorização de 13,4%, o mercado accionista português conheceu uma performance inferior aos principais mercados europeus. Durante o primeiro semestre a aplicação interna de medidas económicas extraordinárias para correcção do défice público, levou a bolsa de Lisboa a abrir um diferencial de valorização negativo face ao resto da Europa em cerca de 10%, tendo inclusivamente fechado o primeiro semestre com uma valorização marginalmente negativa. No segundo semestre a bolsa portuguesa teve uma performance semelhante aos mercados europeus, no entanto esta

valorização não foi suficiente para que Portugal registasse uma valorização dos mercados accionistas semelhantes aos principais mercados europeus no conjunto do ano.

3. MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS EM PORTUGAL

Em 2005 o mercado de fundos de investimento mobiliário português voltou a registar uma variação positiva. O montante de activos geridos pelo conjunto das Sociedades Gestoras portuguesas aumentou para 28.290 Milhões de Euros, o que correspondeu a um crescimento de 15,9% desde o final de 2004.

O aumento do montante gerido deveu-se, em primeiro lugar, aos Fundos Especiais de Investimento que registaram um crescimento de 1.163 Milhões de Euros; e em segundo lugar, aos Fundos de Obrigações que registaram um aumento no volume gerido de 656 Milhões de Euros, respectivamente.



Fonte: Apfipp

O lançamento de novos fundos foi particularmente dinâmico em 2005, tendo sido constituídos 30 novos fundos (sobretudo Fundos Especiais e de Capital Garantido). No mesmo período foram extintos 13, pelo que o total de fundos de investimento mobiliário portugueses subiu para 242.

O número de fundos estrangeiros comercializados em Portugal aumentou para 43 em 2005, tendo o montante global sob gestão registado um aumento de 101,6% para 683,3 Milhões de Euros. Em 2005 o número de entidades comercializadoras em Portugal de fundos estrangeiros aumentou para 10, com o Banco Comercial Português a iniciar esta actividade.

No final do ano, as cinco maiores sociedades gestoras de Fundos Mobiliários portuguesas detinham uma quota de 87% do mercado dos fundos geridos em Portugal. A Caixagest, em particular, registou um ligeiro crescimento na sua quota de mercado de 19,1% para 19,3%.

4. RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade como Fundo Investimento Especial de Investimento Aberto em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações a longo prazo superiores a 15.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Estratégia de Investimento

O Fundo encontra-se numa etapa inicial do processo de constituição da sua carteira de investimentos. Nesta fase, o Fundo procurou desenvolver a estratégia de investimento enquanto continuava a prospecção de novas oportunidades em activos que se enquadrem na sua política de investimento e permitam o aumento de diversificação da sua carteira.

No final de 2005 o Fundo apresentava-se exposto em cerca de 10% a um Fundo de acções harmonizado aberto e em 5% a um Fundo fechado não harmonizado. O primeiro caracteriza-se pelo investimento em acções de empresas cotadas do sector das energias renováveis e da qualidade do ambiente, enquanto que o segundo investe na aquisição de licenças de emissão de carbono.

Os investimentos efectuados beneficiaram da subida das acções de empresas da área das energias alternativas, perante a necessidade do mercado utilizar formas alternativas de criação de energia devido aos níveis cada vez mais elevados dos preços dos bens energéticos e na procura dos principais países reduzirem a sua dependência energética. Por outro lado, a evolução tecnológica tem aumentado o nível de eficiência e competitividade das energias renováveis, tornando-as mais atractivas para clientes e investidores.

De referir que este interesse no sector das energias renováveis criará novas oportunidades de crescimento por parte do Fundo, destacando-se o concurso de licenças eólicas em Portugal e os movimentos de consolidação esperados para o sector.

No âmbito dos Activos “Carbon” a estratégia de investimento consiste na aquisição de créditos de emissão de carbono em projectos que promovam uma melhor qualidade do ambiente. Com a consolidação do mercado de licenças de carbono e o objectivo de ambiciosas metas de redução das emissões de dióxido de carbono no enquadramento do protocolo de Quioto, este activo torna-se cada vez mais atractivo para investidores e empresas.

Avaliação do desempenho

No final do ano, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 6.934.679€, distribuídos por 1.383.476 unidades de participação.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO
"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Activo bruto	Mais- -valias	Menos- -valias	Activo líquido	CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas
CARTEIRA DE TÍTULOS						CAPITAL DO FUNDO	
Unidades de participação	3	1.090.687	-	(1.088)	1.089.599	Unidades de participação	1 6.917.380
DISPONIBILIDADES						Variações patrimoniais	1 437
Depósitos à ordem	3	5.836.888	-	-	5.836.888	Resultado líquido do período	1 16.862
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							<u>6.934.679</u>
Outros acréscimos e diferimentos	5	8.392	-	-	8.392	TERCEIROS	
						Comissões a pagar	5 200
Total do Activo		<u>6.935.967</u>	<u>-</u>	<u>(1.088)</u>	<u>6.934.879</u>	Total do Capital do Fundo e do Passivo	<u>6.934.879</u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				1.383.476	Valor unitário da unidade de participação	1 5,0125

O anexo faz parte integrante deste balanço.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO COMPREENDIDO

ENTRE 24 DE OUTUBRO DE 2005 (DATA DE INÍCIO DE ACTIVIDADE DO FUNDO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

<u>CUSTOS</u>	<u>Notas</u>		<u>PROVEITOS</u>	<u>Nota</u>	
CUSTOS E PERDAS CORRENTES			PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
Comissões:			Juros e proveitos equiparados:		
Outras, de operações correntes	5 e 15	600	Outros, de operações correntes	5	23.188
Perdas em operações financeiras:			Ganhos em operações financeiras:		
Na carteira de títulos	5	14.140	Na carteira de títulos	5	13.052
Impostos sobre o rendimento	9	4.638			
Resultado líquido do período		16.862			
		<u>36.240</u>			<u>36.240</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE
24 DE OUTUBRO DE 2005 (DATA DE INÍCIO DE ACTIVIDADE DO FUNDO) E 31 DE DEZEMBRO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO

Recebimentos:

Subscrições de unidades de participação 6.917.817

Pagamentos:

Resgates de unidades de participação -

Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo 6.917.817

OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS

Pagamentos:

Compras de unidades de participação (1.090.687)

Fluxo das operações da carteira de títulos (1.090.687)

OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE

Recebimentos:

Juros de depósitos bancários 10.158

Pagamentos:

Impostos e taxas (400)

Fluxo das operações de gestão corrente 9.758

Saldo dos fluxos monetários do período 5.836.888

Depósitos à ordem no início do período -

Depósitos à ordem no fim do período 5.836.888

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeitos do anexo às contas anuais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>Saldos em</u> <u>24.10.2005</u>	<u>Subscrições</u>	<u>Resultado</u> <u>líquido do</u> <u>período</u>	<u>Saldos em</u> <u>31.12.2005</u>
Valor base	-	6.917.380	-	6.917.380
Diferença para o valor base	-	437	-	437
Resultado líquido do período	-	-	16.862	16.862
	<u>-</u>	<u>6.917.817</u>	<u>16.862</u>	<u>6.934.679</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>-</u>	<u>1.383.476</u>	<u>-</u>	<u>1.383.476</u>
Valor da unidade de participação	<u>-</u>	<u>5,0003</u>	<u>-</u>	<u>5,0125</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês entre o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data da início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, foi o seguinte:

<u>Meses</u>	<u>Valor líquido</u> <u>global do Fundo</u>	<u>Valor da</u> <u>unidade de participação</u>	<u>Número de unidades de</u> <u>participação em circulação</u>
Outubro	6.588.707	5,0017	1.317.300
Novembro	6.581.745	4,9964	1.317.300
Dezembro	6.934.679	5,0125	1.383.476

Em 31 de Dezembro de 2005, o número de participantes em função do Valor Líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Superior a 25%	1
Entre 0,5% e 2%	4
Até 0,5%	66

Total de participantes	71
	==

2. VOLUME DE TRANSACÇÕES

O volume de transacções durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, foi o seguinte:

	Compras		Vendas		Total	
	Bolsa	Fora Bolsa	Bolsa	Fora Bolsa	Bolsa	Fora Bolsa
Unidades de participação	-	1.090.687	-	-	-	1.090.687

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, os pedidos de subscrição e resgate recebidos durante o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do mês subsequente ao do pedido. Os pedidos de subscrição e resgate recebidos após o período de subscrição/resgate mensal são processados ao valor da unidade de participação conhecido e divulgado no dia 22 (ou no dia útil seguinte) do 2º mês subsequente ao do pedido. O pedido de subscrição/resgate é, portanto, efectuado a preço desconhecido, podendo o subscritor ter de aguardar um a dois meses, consoante os casos, para conhecer o valor da unidade de participação pelo qual será efectuada a subscrição/resgate.

O período de subscrição e de resgate mensal decorre até às 16 horas e 30 minutos de Lisboa, do dia 22 de cada mês.

Não são cobradas comissões de subscrição.

No resgate de unidades de participação é cobrada ao participante uma comissão variável em função do prazo de detenção das unidades de participação, de acordo com as seguintes regras:

- i) 1,5% até 365 dias; e
- ii) 0% para prazos iguais ou superiores a 365 dias.

Quando o participante for um fundo de fundos administrado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. não há lugar ao pagamento desta comissão. Adicionalmente, não são cobradas comissões de resgate.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contabilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação subscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate. Esta comissão não constitui proveito do Fundo.

Durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, não ocorreram resgates de unidades de participação do Fundo.

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2005, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais-valias</u>	<u>Menos-valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário domiciliados num Estado Membro UE				
- MLIIIF-New Energy A2	715.687	-	(1.088)	714.599
- European Carbon Fund	375.000	-	-	375.000
	<u>1.090.687</u>	<u>-</u>	<u>(1.088)</u>	<u>1.089.599</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, foi o seguinte:

	<u>Depósitos à ordem</u>
Saldo em 24 de Outubro de 2005	-
. Aumentos	5.836.888
. Reduções	-

Saldo em 31 de Dezembro de 2005	5.836.888
	=====

Em 31 de Dezembro de 2005, os depósitos à ordem (todos denominados em Euros) encontram-se domiciliados na CGD, vencendo juros à taxa anual bruta de 2,22%.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor divulgado, nos termos dos respectivos Regulamentos de Gestão.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" quando do seu recebimento.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 0,9% para a comissão de gestão e de 0,6% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela sociedade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões de operações correntes".

Durante os primeiros seis meses de actividade do Fundo, não são cobradas comissões de gestão e de depositário.

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 31 de Dezembro de 2005, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 100 Euros ou superior a 10.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

PROVEITOS

	Ganhos de Capital			Juros			Total
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Total	Vencidos	Decorridos	Total	
	Operações à vista:						
Unidades de participação	13.052	-	13.052	-	-	-	13.052
Depósitos	-	-	-	14.796	8.392	23.188	23.188
	<u>13.052</u>	<u>-</u>	<u>13.052</u>	<u>14.796</u>	<u>8.392</u>	<u>23.188</u>	<u>36.240</u>

CUSTOS

	Perdas de Capital			Comissões			Total
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Total	Vencidas	Decorridas	Total	
	Operações à vista:						
Unidades de participação	14.140	-	14.140	-	-	-	14.140
Comissão - taxa de supervisão	-	-	-	400	200	600	600
	<u>14.140</u>	<u>-</u>	<u>14.140</u>	<u>400</u>	<u>200</u>	<u>600</u>	<u>14.740</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre as mais-valias efectivas obtidas em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre mais-valias potenciais líquidas.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, apresentam o seguinte detalhe:

Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	-	-
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	-	-
Taxa de supervisão	600	0,0090%
	<u>600</u>	
Outros custos	-	-
Comissões e taxas indirectas	664	0,0100%
Total de custos imputados ao Fundo	<u>1.264</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	6.639.357	
Taxa global de custos (TGC)	0,0190%	

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2005, do Fundo Especial de Investimento "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 6.934.879 Euros e um total de capital do Fundo de 6.934.679 Euros, incluindo um resultado líquido de 16.862 Euros, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005 e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu, para os aspectos materialmente relevantes: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Especial de Investimento "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS" em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no período compreendido entre 24 de Outubro de 2005 (data de início de actividade do Fundo) e 31 de Dezembro de 2005, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 30 de Março de 2006



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães